



## PENSANDO GEOGRAFIAS DECOLONIAIS NO ESPAÇO URBANO CARIOCA: O QUILOMBO DO CAMORIM

Vinícius de Luna Chagas Costa <sup>1</sup>  
Marcus Vinícius Castro Faria <sup>2</sup>  
Diomario da Silva Junior <sup>3</sup>

**Resumo:** O trabalho pretende discutir o ensino de geografia e possibilidades didáticas que contribuam para as relações étnico raciais através do trabalho de campo voltado aos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. O foco do trabalho está em possibilitar estudos geográficos a partir do contato entre professores e estudantes com a comunidade quilombola do Camorim, localizada no bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro. Por se tratar de um quilombo em espaço urbano, a discussão marca questões pretéritas como sua formação, o uso da terra e ocupação no contexto histórico em que emerge o abolicionismo, bem como sua importância no presente, a partir de suas dinâmicas políticas, sociais e econômicas. Entendemos que por estas razões, este espaço que grafa a luta e resistência da população negra exige a tarefa de ser discutida numa perspectiva decolonial.

**Palavras-chave:** Antirracismo; Geografia, Perspectiva decolonial, Quilombo, Espaço urbano.

**Abstract:** The paper aims to discuss the Geography teaching process and didactic possibilities that contribute to the ethnic-racial relations through fieldwork focused on Junior High and High School levels. The focus of the paper is on enabling geographical studies from the contact between students and teachers with the quilombo community of Camorim, located in the Jacarepaguá neighborhood, West Zone of Rio de Janeiro city. When it comes to a quilombo within urban perimeter, the debate arouses past topics such as its formation, the usage of the land and occupation in the historic context in which abolitionism emerges, as well as its importance in the present time, as of its political, social and economical dynamics. It is understood that for these reasons, this space which writes about the struggle and endurance of black people demands the task of being discussed in a decolonial perspective.

**Keywords:** Anti racism; Geography; Decolonial Perspective; Quilombo; Urban Perimeter.

### INTRODUÇÃO (JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS)

A apropriação do território, símbolos e narrativas são desafios para os atores subalternizados pela colonialidade. Pretendemos aqui propor uma abordagem geográfica que referencia um quadro social e político capaz de incrementar o saber escolar contra o esmagamento de identidades e singularidades consideradas fora dos padrões universalistas. Para esta tarefa tecemos algumas considerações sobre o ensino de Geografia na educação

<sup>1</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Federal Fluminense - UFF, [viniciusgeografo@gmail.com](mailto:viniciusgeografo@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense- UFF, [marcusvgeo@hotmail.com](mailto:marcusvgeo@hotmail.com)

<sup>3</sup> Doutorando em Educação pela Universidade Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, [doma.kli@hotmail.com](mailto:doma.kli@hotmail.com)



básica, tomando o trabalho de campo (do ponto de vista conceitual e teórico metodológico) como possibilidade de saberes de fundo geográfico que ganhem similitudes e relações com as experiências e vivências dos estudantes.

Nosso foco aqui será investigar como a experiência do trabalho de campo pode contribuir para visões menos homogeneizantes do espaço por meio de uma geografia antirracista. Pois trata-se de uma prática pouco utilizada na educação básica por conta de sua oferta no ensino público, portanto, quase impeditiva para os estudantes de maioria negra. Neste sentido, observamos que o ensino de geografia, ainda que se proclame crítico, ao conceber o espaço urbano pouco contempla a conexão histórica com os territórios quilombolas que se estenderam do século XVI até o século XIX e as lutas dos povos remanescentes contra o cativoiro.

Entendemos que educar numa perspectiva antirracista pressupõe que todos os estudantes negros e não negros se apropriem de conhecimentos mínimos necessários para compreender sua própria história e os valores de sua cultura, para que possam intervir de forma positiva junto ao outro. O conhecimento contido no currículo para as relações raciais assume um movimento de deslocamento: torna-se uma luta permanente contra os processos de hierarquização e de pensamento único.

O roteiro geográfico escolhido inscreve-se em uma arena de disputa material e simbólica, especialmente marcada pela luta por territórios (e não apenas pela terra ou pela titulação da terra) por meio do quilombo, termo banto que significa fortaleza, ainda desconhecido e invisibilizado inclusive para uma parcela significativa dos moradores do bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do município do Rio de Janeiro. Restritos e pressionados cotidianamente pelo avanço da urbanização, pela lógica da especulação imobiliária urbana e pela falta de reconhecimento e valorização históricas como uma comunidade tradicional negra. Delimita-se, assim, um campo de disputa de dimensão territorial – considerada como um todo: econômico, simbólico e político.

A escolha pelo Quilombo do Camorim se dá exatamente por se tratar de um território suburbano, a margem da área central da cidade do Rio de Janeiro, um exemplo a olhos vistos da expressão racial da desigualdade social no espaço, ou seja, da segregação socioespacial. As visitas pré campo contaram com o apoio da Associação Cultural Quilombo do Camorim (ACUQCA). Os professores Renato Emerson dos Santos e Gabriel Correa (2007) anotam que os quilombos são grafagens da presença negra no espaço brasileiro, que devem ser vistos como símbolo da luta negra pelo território brasileiro; e que quilombo denota um território



onde o ser negro e descendente de africano é positivo, por criar um espaço de autonomia para a vida coletiva.

Do mesmo modo, várias questões presentes no debate sobre as comunidades remanescentes de quilombos no Brasil podem e devem fazer parte dos conteúdos de Geografia ensinados em sala de aula, construindo temas em diversas séries, presentes de distintas maneiras. A própria concepção do termo quilombo merece destaque: não são espaços de negros, embora constituam maioria, mas espaços de liberdade. Esses conteúdos permitem revelar como a integração do negro na sociedade brasileira se deu em meio a lutas, processos de resistência e presença no espaço, que essas comunidades têm uma base geográfica e reivindicam a igualdade, principalmente quando vista na perspectiva do território, conteúdo imprescindível nas discussões no ensino de Geografia.

A atual conjuntura política nos desafia a ir mais longe: por meio de práticas insurgentes impulsionar a cultura de consciência negra no campo educacional e disputar com as forças conservadoras a constituição do currículo e os sentidos acerca da Educação<sup>4</sup>.

## **APORTE TEÓRICO**

Acreditamos que a perspectiva decolonial é fundamentalmente antirracista. No campo geográfico, essa forma de enxergar o mundo é acionada a partir da Lei nº 10.639/2003, fortalecida anos depois pela Lei 11.645/2008<sup>5</sup> ao compreender a história e os movimentos indígenas no Brasil. A discussão curricular possibilitou proposições didáticas e pedagógicas - sobretudo do movimento negro - afastando qualquer possibilidade de um antirracismo bancário, de viés puramente técnico ou da visão branca europeizada que só lida com o negro no plano teórico ao reconhecer as diferenças.

Interessa-nos explicitar aqui uma sensível diferença teórica entre os dois conceitos utilizados ao longo deste trabalho, fundamentais na proposição de uma nova perspectiva

---

<sup>4</sup> Nesse sentido, explicitamos nosso diálogo com as ideias poderosas da professora e intelectual negra Bell Hooks (2017) que assume a prática pedagógica como um lugar político e de resistência. Para a autora, é importante que a educação seja constituída numa percepção crítica sobre a realidade social para a construção de ações transformadoras. Assim, é relevante que esteja vinculada a um projeto democrático e político e isso significa intervir com reflexões e respostas concretas junto aos diferentes grupos sociais subalternizados, bem como questionar a narrativa eurocêntrica que fortalece o racismo institucional.

<sup>5</sup> O texto em questão altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e passa a incluir no currículo oficial das redes de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.



antirracista. A descolonização é uma chave não só para a leitura de um currículo antirracista como está ligada ainda a produção de novas pedagogias. Os desafios são múltiplos e descolonizar implica uma tomada de posição radical. Sublinhamos aqui a relevância que assume a geografia como um saber posicional, nos termos colocados por Renato Emerson dos Santos (2009, p.10):

A geografia compreenda seu papel na construção de referenciais posicionais do indivíduo no mundo, tratando, portanto, não apenas das coordenadas geográficas que nos localizam, mas também situando esses indivíduos perante sua condição social, política, econômica, de gênero e geracional, entre outras, e mostrando o que significa ocupar esses lugares.

Esse seria o próprio papel social da geografia ao viabilizar o avanço na compreensão da realidade dos estudantes e, por extensão, na percepção das formas que eles enxergam e são vistos pela sociedade. O desafio reside no fato de falar da geografia e história da África sem tocar nas distorções causadas em nosso imaginário, enquanto brasileiros, enquanto estudantes que foram formados por visões ideológicas etnocêntricas consolidadas – afetando nossos saberes e formas de produzir conhecimentos. A geografia do Brasil, como campo de conhecimento deve comportar a ideia do negro e do indígena como agentes transformadores do espaço, entes fundamentais na estrutura social e que durante muito tempo tiveram seus saberes geográficos silenciados.

Por sua vez, o conceito de decolonialidade é uma perspectiva teórica postulada por um grupo de intelectuais latino-americanos como o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o filósofo argentino Enrique Dussel e o também sociólogo Aníbal Quijano; como referências críticas ao modo de pensar estabelecido pela modernidade. Entendemos que para os teóricos decoloniais o objetivo fundante é a transformação social, isto é, pretendem seguir além da crítica denunciativa aos sujeitos subalternizados pela geopolítica europeia, hegemonizada pelo conhecimento colonial. Queremos enfatizar que é uma perspectiva transformadora de visões e ações, indo além de uma teoria de cunho acadêmico, e esse impacto significa uma outra forma de viver e compreender o mundo.

Destacamos que a valorização da cultura negra e indígena ganham maior visibilidade com a apresentação/discussão sobre as comunidades remanescentes de quilombos, visto que são expressões de resistência e afirmação, isto porque promove para os docentes envolvidos a



chance de (re) aprender e modificar os conhecimentos aplicados em sala de aula<sup>6</sup>, desenvolvendo a complexidade do espaço geográfico ao superar preconceitos através destas marcas espaciais, como salienta Santos (2009, p.12):

São a marca também de que a luta pela terra hoje tem um componente racial radical (...) Acrescente-se a isso fato de que muitas destas lutas não são apenas lutas pela terra, mas lutas por territórios, o que envolve a preservação de suas práticas, saberes, heranças culturais, história, formas de relação com a natureza, enfim, uma complexidade de anseios que configura uma resistência ao avanço do meio técnico-científico informacional de que nos fala Milton Santos, e uma resistência frontal ao epistemicídio promovido pela onda da modernização eurocêntrica.

Sem dúvida as palavras de Santos estimulam a percepção sobre a complexidade do racismo no tempo e no espaço, pois traz o desafio da descolonização do pensamento geográfico. Quando falamos sobre o período colonial, durante a modernidade, emergem duas questões fundamentais: a primeira delas é q perspectiva epistemológica, onde o imaginário dominante do sistema moderno funcionou para subalternizar conhecimentos outros, a partir de um padrão dito universal; a segunda questão diz respeito à possibilidade de formas outras de conceber a economia e o trabalho além do pensamento colonial. Vale lembrar que diversos quilombos produziam para a cidade, o que nos permite construir múltiplas definições para formas de resistência. Dessa forma, os povos africanos não foram responsáveis apenas por povoar o território brasileiro e pela mão-de obra escrava, mas marcam, decisivamente, a nossa formação social e cultural, que, ao longo desses séculos, foi preservada, recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema. (ANJOS, 1999)

## **METODOLOGIA**

A experiência de campo de geografia apresenta singularidades concernentes à geografia científica e, no campo da educação de jovens e adultos, pode contribuir com o exercício da observação, sentido e reflexão sobre a paisagem, onde, na maioria das vezes, o ambiente em sala de aula não permite o contato direto com os temas abordados.

Por isso, postulamos que o trabalho de campo deva se fazer presente na escola pública como protagonista de potencialidade formativa em relação à leitura da dimensão e da densidade racial dos fenômenos geográficos, ao evidenciar a memória e a luta da população negra brasileira, pautada historicamente pelo movimento negro. A partir deste ponto, este

---

<sup>6</sup> Estudos cartográficos realizados pelo geógrafo Rafael Sanzio dos Anjos (1999) demonstram a existência de diversas comunidades remanescentes de quilombos no Estado do Rio de Janeiro. No Brasil, são milhares catalogados em quase todos os estados, segundo o autor (2007).



artigo irá apresentar os processos de ocupação do território e as marcas materializadas nessa comunidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estamos cansados de saber que nem na escola, nem nos livros onde mandam a gente estudar, não se fala da efetiva contribuição das classes populares, da mulher, do negro, do índio na nossa formação histórica e cultural. (GONZALEZ, 1982, p.3)

O topônimo Camorim desafia as narrativas da história oficial pela terra. Palavra de origem africana significa mata de muito mosquito, e em *tupi camury*, tem origem em uma espécie de peixe de escamas brancas encontrada por antigos habitantes na Lagoa de Jacarepaguá. O território do quilombo, que ainda não teve seu título coletivo integral reconhecido pelos órgãos responsáveis – O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Fundação Cultural Palmares - está situado junto a uma das vertentes do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) que ocupa aproximadamente dez por cento do território do município do Rio de Janeiro, tornando-se a maior unidade de conservação da cidade – é quatro vezes maior que a Floresta da Tijuca. O Parque, por sua vez, leva nome do Maciço da Pedra Branca. O nome do maciço é atribuído à formação calcária, de cor branca, que está presente no local, daí o nome.

Conforme indica Anjos (1999), alguns aspectos de cunho geográfico são levados em consideração para o estabelecimento desta comunidade: a escolha de regiões de topografia acidentada como chapadas e serras que permita não só os sistemas de vigilância e referência na localização do espaço como o favorecimento de estratégias de isolamento; vales férteis, com capacidade produtiva suficiente para potencializar relações econômicas entre quilombolas e a sociedade escravista.

A pesquisa realizada por Fontenelle indica que Camorim faria parte de uma rede de quilombos associados a confederação abolicionista na cidade do Rio de Janeiro. Esta rede seria constituída pelos quilombos Leblon, Senna, Raymundo, Clapp, Patrocínio, Miguel Dias e Padre Ricardo. O próprio nome dos quilombos faz menção a lideranças abolicionistas. A articulação dessa rede seria constituída por escravos, abolicionistas e quilombolas já no fim do século XIX. A pesquisadora extraiu do jornal Gazeta da Tarde em 12 de agosto de 1880 a



existência do quilombo próximo à fazenda Camorim, na antiga freguesia de Jacarepaguá (FONTENELLE, 2014, p.97):

(...)Lemos que “na freguezia de Jacarepaguá, alguns escravos fugidos, aproveitando-se do abandono em que se acha a fazenda denominada Camboim, alli haviam formado um quilombo que ia progressivamente, aumentando com desertores.

(...) Situado na serra d’esse nome e rio Iguassú, mantido pelo intrepido capitão Gabriel Cruz. Estes quilombos foram sempre perseguidos pelos fazendeiros da vizinhança e pela policia. Ahi se travaram sempre conflictos sérios, não conseguindo os perseguidores d’esse baluarte intimidar os seus habitantes.

Em relação a sua posição geográfica o quilombo urbano que dá nome a um dos núcleos do parque é circundado pelos bairros de Guaratiba, a oeste; Bangu e Realengo, ao norte; Jacarepaguá, a leste; Vargem Grande, a sul; Vargem Pequena, a sudoeste, e Campo Grande, a noroeste. A comunidade do Alto Camorim se integra a outros dois remanescentes de quilombos urbanos no Rio, junto a Pedra do Sal, no bairro da Saúde, e Sacopã, próximo à Lagoa Rodrigo de Freitas. O processo de ocupação Distribuído por cerca de 200 casas, o grupo sobrevive da agricultura familiar e serve de exemplo como integração harmônica com a natureza numa região conhecida por sertão carioca. Em decorrência do avanço das relações de produção capitalista os moradores da região pertencente à XXIV Região Administrativa (Barra da Tijuca) têm dificuldades para preservar a história do território. A própria estrada do Camorim, via de acesso ao local é um retrato do adensamento habitacional – Entre os anos de 2000 e 2010, segundo o mais recente censo do IBGE, houve um aumento de 150%, passando de 786 moradores para 1970. Entre as ameaças presentes podemos citar a especulação imobiliária na região da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, que começou na década de 1980 e se agudizou nos últimos anos devido aos Jogos Olímpicos Rio 2016 com a ação de grandes construtoras. Lembramos ainda que o Parque Olímpico foi construído onde existia o antigo autódromo de Jacarepaguá.

Mesmo integrando o Mosaico Carioca de Unidades de Conservação, instituído pelo Ministério do Meio Ambiente, classificado como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e reconhecida pela UNESCO, parte do território reivindicado pelo Quilombo do Camorim foi



desmatado para dar lugar a condomínios recentemente construídos, que abrigaram jornalistas estrangeiros na cobertura dos Jogos Olímpicos. Mais de mil árvores da Mata Atlântica foram derrubadas para o empreendimento.



Foto 1: Empreendimento imobiliário que serviu de abrigo aos jornalistas estrangeiros nas olimpíadas.  
Fonte: dos próprios autores, 2019.

Ao acessar o parque pelo núcleo Camorim identificamos a Igreja São Gonçalo do Amarante, fundada em 1625, um fixo que remonta o processo de ocupação colonial de Jacarepaguá. Construída por africanos ainda e reformada nos anos 2000, conserva muito de sua estrutura original. O fixo, de cores branca e azul celeste é um marco no território da contínua produção cultural e ocupação da comunidade por afrodescendentes. O terreno abriga uma escavação arqueológica onde é possível observar como o empreendimento imobiliário localizado nas proximidades da área do quilombo produz impacto arqueológico e social. O empreendimento em questão não passou pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) destruindo parte do sítio, apagando a presença negra por meio de uma violência autorizada pelo Estado. O reconhecimento como Sítio Arqueológico do Engenho do Camorim pelo instituto ocorreu no ano de 2018.



Foto 2: Igreja São Gonçalo do Amarante: importante fragmento no contexto arqueológico  
Fonte: dos próprios autores, 2019.

O perfil estratigráfico do sítio próximo a igreja data, através de seus vestígios, o século XVII. Tal afirmação arqueológica pode ser verificada pela presença da faença portuguesa, tipo de louça de origem portuguesa produzida no ano de 1622. Os itens encontrados servem, portanto, como marcadores cronológicos importantíssimos para a compreensão do espaço. Um terreno próximo à igreja abrigava o Engenho e sua casa-grande. O local infelizmente foi descaracterizado por uma família que residiu ali de forma irregular, indicando que essa área promissora do ponto de vista arqueológico e que faz parte do parque ainda sofre com ocupação indevida no entorno do maciço.

Indicamos como um ponto importante a ser visitado durante o campo reservatório de abastecimento de água da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), construído em 1908 pelo engenheiro Sampaio Correia, é o maior manancial da área de Jacarepaguá, chegando a 18 metros de profundidade.

A construção da CEDAE data 1908, demonstrando a preocupação de proteger os mananciais, pouco aproveitados para o abastecimento da cidade. No entanto, percebemos a partir da fala de Adilson que existem ocupações regularizadas de imóveis de alta e baixa renda, que interferem na drenagem, realizando a captação de água de forma irregular e rebaixamento. A consequência é que rios temporários praticamente secaram neste período.

Essa especulação imobiliária verificada em bairros limítrofes ao parque, concentram-se em bairros como Vargem Grande, Vargem Pequena e Recreio dos Bandeirantes e



comprometendo a integridade das encostas montanhosas florestadas. Esse adensamento conflita com a preservação ambiental, observamos construções do grupo Cyrela<sup>7</sup> no interior do parque, e questões jurídicas impedem ações de remoção da área de proteção ambiental, pois não há uma conexão entre os órgãos municipais e instâncias de governo para agilizar o processo de desocupação das áreas.

No que se refere a questão ambiental, a cachoeira véu da noiva se destaca por dois motivos. O primeiro deles é ambiental: até meados do século XVII, as florestas que recobriam as áreas elevadas estavam bem preservadas, permanecendo com suas fisionomias originais preservadas até o início do século XVIII. A partir de então, os diversos ciclos econômicos (carvão, cana de açúcar e café) avançaram paulatinamente sobre as encostas. Essa exploração acabou por incentivar a abertura de caminhos e, com eles, o surgimento das primeiras trilhas nas áreas montanhosas da cidade. encontramos uma área idealizada inicialmente para o abastecimento da população de Jacarepaguá.



Foto 3: Cachoeira véu da noiva. Local voltado para o ecoturismo  
Fonte: dos próprios autores, 2019.

O segundo aspecto relacionado a questão hídrica traz à luz o direito ao sagrado, no combate ao racismo religioso. Existe no local uma forte influência religiosa, devido à ocupação quilombola. Há uma conscientização sobre o cuidado com as práticas para que não aconteçam queimadas, em áreas que muitas vezes são de difícil acesso aos bombeiros e guarda parques. Podemos perceber nos diálogos com os moradores de origem quilombola a

---

<sup>7</sup> A incorporadora Cyrela possui diversos projetos imobiliários na cidade do Rio de Janeiro, investindo em imóveis de médio e alto padrão.



sua preocupação com a preservação. São eles que cuidam das estradas e fazem o manejo das trilhas, trabalhando inclusive para a administração do parque. Algumas obras de infraestrutura foram feitas com recursos próprios. Uma das espécies da floresta, a figueira, faz parte do simbolismo religioso e segue protegida pela população local.

A experiência de campo de geografia apresenta singularidades ligadas à geografia científica e, no campo da educação, pode contribuir com o exercício da observação, sentido e reflexão sobre a paisagem, onde, na maioria das vezes, o ambiente em sala de aula não permite o contato direto com os temas abordados.

Por isso, postulamos que o trabalho de campo deva se fazer presente na escola pública como protagonista de potencialidade formativa em relação à leitura da dimensão e da densidade racial dos fenômenos geográficos, ao evidenciar a memória e a luta da população negra brasileira, pautada historicamente pelo movimento negro.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A questão racial está presente na agenda política educacional. Não se trata apenas de mudar a visão absorvida, ensinada e aprendida sobre o processo histórico e de pertencimento étnico racial através do conhecimento plural, mas reconstruir saberes em relação à constituição da sociedade brasileira a partir dos negros e indígenas, sujeitos subalternizados pela episteme colonial. Disto decorre uma geografia outra, ou seja, exige a criação de condições pedagógicas para agir a partir das brechas do sistema educacional, numa perspectiva política de sociedade.

As ações práticas de/no campo representam uma tentativa de conexões e escrita enegrecida que entendemos ser valiosas. Esse fazer geográfico enegrecido seja como objeto de estudo ou proposta de geografia escolar é um caminho possível, mas ainda insuficiente num currículo permeado pela colonialidade.

Acreditamos que as experiências também se constroem através dos espaços, daí o mote de abordar o quilombo do Camorim, um espaço dinâmico. Entendemos que esse foco possibilita a inserção da educação para as relações raciais a partir das grafias no espaço, de pequenos recortes espaciais das lutas históricas dos negros e indígenas, silenciados pelo Estado no espaço selecionado como evidencia a imagem a seguir:



Foto 4 - Muro da comunidade quilombola localizada próximo a uma das entradas do parque  
Fonte: Dos próprios autores, 2012.

Assim, para nós, definir Camorim, na zona oeste da cidade como lugar a ser conhecido a partir de vivências e memórias, onde o movimento negro está atuação por meio da capoeira, feijoadas, danças e a festa de Dandara e Zumbi no mês de novembro, são ações educativas e que denotam ainda um forte protagonismo cultural.

Realizar o trabalho de campo é uma proposta com objetivo de perceber através da observação *in loco* as relações espaciais, ao considerar de ações e reações, apresentadas de variadas formas e que permite comparar diferentes períodos, proporcionando não só a disputa por narrativas como analisar os diferentes grupos sociais envolvidos nesta disputa.

É nesse sentido que o processo educativo deve contribuir para a criação de ações inclusivas, garantindo o reconhecimento dos grupos subalternizados, tendo como objetivo promover o exercício da criticidade e o respeito à diversidade. A discussão no campo da educação geográfica se torna uma ferramenta essencial para rompermos com uma história universal, que polarizam a forma como estudantes e professores reconhecem os espaços.

Pensamos que na atual conjuntura, em que as ciências se encastelam na universidade e afastam-se do cotidiano material da vida urbana, seja necessário um caminho epistemológico voltado para experiências de campo, pensando os sujeitos da escola como produtores de saberes, com capacidade para observação rigorosa dos fenômenos de forma autônoma e direta, principalmente em uma região tão fortemente marcada e disputada pelas culturas negra e indígena como é Jacarepaguá.



Ensinar sobre as lutas é ensinar a lutar (Santos, 2007) e construir a ideia poderosa de diversidade é condição necessária amplificar nossa força política nos processos de transformação da sociedade brasileira. Sem a participação consciente das grandes maiorias de alunos negros e pobres, como fazer uma educação efetivamente transformadora?

## REFERÊNCIAS

ANJOS, R. S. A. **Territórios das comunidades remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil: primeira configuração espacial**. Brasília, 1999.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 de janeiro de 2003.

FONTENELLE, D. C. **Quilombos, Abolicionismo e a cidade: Política e simbolismo na inserção do quilombo do Leblon na dinâmica urbana do Rio de Janeiro do final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2 ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

SANTOS, R. E. O ensino de Geografia do Brasil e as Relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SANTOS, R. E; CORREA, G. S. A geografia negra das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil. In: Santos, Renato Emerson dos (Org.) **“Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2007.

SANTOS, R.E. **Refletindo sobre a Lei 10.639: possibilidades e necessidades do ensino de Geografia a partir de um tensionamento do Movimento Negro**. EGAL 2009.